

A AGRICULTURA IRRIGADA DO NORDESTE

José Otomar de Carvalho()*

Resumo: As vastas áreas semi-áridas do Nordeste têm representado para a Nação uma das regiões de mais difícil transformação sócio-econômica, em virtude particularmente das secas. É todavia considerável a promoção do desenvolvimento apresentada pela lavoura irrigada na geração de renda do setor agrícola e pela capacidade de absorver mão-de-obra. Até dezembro de 1976, o Nordeste contava apenas com 59.070 ha irrigados. Em dezembro do ano seguinte, a situação era bem diferente, pois a superfície irrigada evoluiu para 76.277 ha. As informações disponíveis em matéria de recursos de solo e água indicam ser possível irrigar no Nordeste área em torno de um milhão de hectares. Aproveitá-la integralmente significará multiplicar por mais de 13 vezes o esforço desenvolvido até hoje pelo Governo e pela iniciativa privada. A compreensão desses aspectos por parte das entidades governamentais encarregadas de planejar e coordenar a execução de projetos de irrigação, implementados com a participação ativa da empresa privada, contribuirá sem dúvida para concretizar as expectativas que se têm a respeito da função social da irrigação.

As vastas áreas semi-áridas do Nordeste constituem para o País uma das regiões de mais difícil transformação sócio-econômica, em virtude, particularmente das secas que aí ocorrem com certa frequência. As ações do Poder Público em relação ao semi-árido nordestino têm variado de acordo com a gravidade dos problemas climáticos e, muitas vezes, em função da conjuntura política, de que foi exemplo notável a chamada **indústria das secas**, já eliminada do quadro geral do fenômeno, graças a uma compreensão conseqüente e sistemática do Governo Federal sobre o problema. Essa compreensão contempla preocupações de toda ordem, salientando-se, entretanto, a consciência de que os efeitos econômicos e sociais decorrentes das secas são prejudiciais ao bom desempenho do sistema econômico regional, afetando sobremaneira as famílias agrícolas de baixa renda (os agricultores sem terra — moradores e arrendatários — e os pequenos proprietários). São essas famílias que engrossam as fileiras dos contingentes populacionais das Frentes de

(*) O autor é economista e Secretário de Planejamento e Operações do Ministério do Interior.

Trabalho atendidas durante as emergências de seca, exatamente pela sua incapacidade de apresentarem qualquer resistência às consequências do fenômeno.

As características de subdesenvolvimento que ainda prevalecem no Nordeste não podem ser imputadas apenas às secas, pois há outros fatores que também contribuem para a modificação lenta de tais características. Da mesma forma, não se pode pretender resolver os problemas regionais e, em particular, os dessa sub-região pelo emprego de soluções de natureza setorial, embora haja formas de atuação que transcendem as fronteiras setoriais para se inscreverem em quadros mais amplos de estratégias que envolvem a participação de vários setores.

Aqui se faz referência ao papel que pode ser desempenhado pela agricultura irrigada na promoção do desenvolvimento sócio-econômico da sub-região mencionada.

Embora o que importe salientar a esse respeito se refira, por um lado, à contribuição apresentada pela lavoura irrigada para a geração de renda do setor agrícola e, por outro, à sua capacidade para absorver mão-de-obra quando as explorações agrícolas se encontram integradas às atividades secundárias e terciárias, é indispensável verificar qual a situação do Nordeste em termos de área total irrigada e sua relação com as demais regiões do País.

Até dezembro de 1976, o Brasil contava com uma superfície irrigada total equivalente a 838.487 ha, dos quais 95,2% foram implantados diretamente pela iniciativa privada, 1,5% pelos Governos Estaduais e 3,3% pelo Governo Federal. Nessa mesma data, o Nordeste contava com apenas 59.070 ha irrigados (7% do total), dos quais 42.975 ha (72,7% do total regional) haviam sido implantados pelo setor privado. A contribuição do setor público federal, em consequência, era bastante reduzida (26,3% do total da Região), correspondendo os resultados alcançados aos esforços realizados pelo DNOCS e pela CODEVASF (Tabela 1). Em dezembro de 1977, a situação era bem diferente, pois a superfície irrigada total evoluiu para 76.277 ha, graças à elevação da área irrigada pela iniciativa privada para 56.246 ha (75% do total regional) e da operada pelo setor público federal, que passou para 18.511 ha (24,2% do total do Nordeste), conforme Tabela 2.

As informações disponíveis em matéria de recursos de solo e água indicam ser possível irrigar no Nordeste área em torno de um milhão de hectares. Aproveitá-la integralmente significará multiplicar por mais de 13 vezes o esforço desenvolvido até hoje pelo Governo e pela iniciativa privada. Se se considerar, por exemplo, que até 1974 o Governo Federal só tinha conseguido colocar em operação, através do DNOCS e da SUVALE, depois transformada em CODEVASF, 5.837 ha, verificar-se-á que daquela data até hoje houve um aumento da superfície irrigada superior a 300%. Embora tenha sido elevado o crescimento obtido, ainda assim é fácil

constatar as dimensões do esforço que há por realizar para aproveitar adequadamente as possibilidades que, nesse campo, o Nordeste pode oferecer.

O aproveitamento do potencial existente em matéria de áreas exploráveis sob o regime da agricultura irrigada requer não apenas recursos financeiros, mas tecnologia compatível com os interesses e as necessidades da população regional e capacidade para planejar e executar a implantação e a operação de número crescente de perímetros irrigados.

A realização do Primeiro Seminário Regional de Métodos de Irrigação para o Nordeste corresponde, nesse sentido, a evento de grande significação, oportunidade em que foram discutidos temas de grande interesse para o Programa, no que toca em particular à escolha de métodos de irrigação. Oferece-se assim oportunidade para destacar a importância de utilizar tecnologia que, embora moderna, não seja altamente liberadora de mão-de-obra. E essa preocupação é também válida para outros aspectos do Programa, na medida em que à irrigação também se atribui importante papel em matéria de geração de empregos.

A compreensão desses aspectos por parte das entidades governamentais encarregadas de planejar e coordenar a execução de projetos de irrigação, implementados com a participação ativa da empresa privada nacional, contribuirá sem dúvida para concretizar as expectativas que se têm a respeito da função social conferida à irrigação. O barateamento dos custos de implantação e operação dos projetos de irrigação, assim como sua maior capacidade para gerar empregos, constituem elementos de destacada importância na estratégia de desenvolvimento social do Governo em relação ao Nordeste. Para uma região onde cerca de 47% da força de trabalho se encontra em condições de subemprego, além dos aspectos econômicos, há que se atentar com muita precisão para os problemas de natureza social.

O programa de Irrigação do Nordeste compreende 57 projetos, estando 37 localizados na Zona Semi-Árida da Região, sob a responsabilidade do DNOCS, e 20 no Vale do São Francisco, a cargo da CODEVASF. Tem-se chamado a atenção, muitas vezes, para a relativa lentidão dos resultados alcançados com a execução desses projetos. Naturalmente, todos nós gostaríamos de contar atualmente com superfícies irrigadas muito mais amplas. Entretanto, não se pode deixar de ressaltar que os meios disponíveis para a aceleração do Programa, particularmente os de natureza financeira, só começaram a se tornar evidentes a partir de 1975, quando entrou em vigência o II PND.

Até 1974, haviam sido despendidos em programas de agricultura irrigada Cr\$ 614 milhões. Entretanto, em 1975 os recursos destinados ao Programa já alcançavam Cr\$ 667 milhões, praticamente duplicando e triplicando, em relação aos valores mobilizados até 1974, nos anos de 1976 e de 1977, respectivamente. No

corrente exercício, o DNOCS e a CODEVASF estarão mobilizando recursos superiores a Cr\$ 2,1 bilhões, que se não correspondem às necessidades da Região, refletem a prioridade que o Governo Federal vem conferindo à modernização e à expansão da agricultura regional. Além disso, há outros Programas, como o POLO-NORDESTE, o Projeto Sertanejo e o Programa da Agroindústria do Nordeste, que pelas suas concepções e alto sentido social irão contribuir para dinamizar e ampliar os efeitos do Programa de Irrigação. Os investimentos governamentais em relação a esses três últimos programas são superiores a Cr\$ 3 bilhões, em 1978. A associação lavoura irrigada/lavoura seca, de acordo com as experiências em curso, pode desempenhar importante papel na implementação da estratégia de desenvolvimento agrícola concebida para o Nordeste, que tem nesses programas sólidas bases de apoio.

O Ministério do Interior sente-se satisfeito com esses resultados, pois tem certeza de que eles irão contribuir significativamente para a melhoria da renda e do bem-estar social dos habitantes desta Região, particularmente dos que vivem na Zona afetada pelas secas. E essas expectativas repousam na capacidade que os técnicos têm para tornar efetivas as inovações que estão sendo geradas nas áreas de pesquisa e nos campos experimentais trabalhados pela EMBRAPA, DNOCS, CODEVASF e Universidades da Região.

ABSTRACT: The wide, semi-arid areas of Northeast Brazil have represented to the nation one of the most difficult problems for socio-economic transformation, mainly due to its recurrent droughts. However the promotion of economic development, through irrigated crops may be considerable in terms of their capacity for generating income and absorbing labor force in the agricultural sector of the economy. By December 1976, only 59,070 hectares were under irrigation in the Northeast of Brazil. The situation was quite different, in the same month of the following year, when the irrigated area was 76,277 hectares of cropland. Information on soil and water resources indicates the possibility of irrigating a million hectare in Northeast Brazil. To take full advantage of this, would mean to multiply by thirteen times the efforts so far undertaken by government and private enterprise. The understanding of these aspects by government institutions in charge of planning, coordinating and implementing irrigation projects, with the participation of private organizations, would contribute effectively to materialize expectations on the social functions of irrigation.

TABELA 1

BRASIL, ÁREAS IRRIGADAS EM OPERAÇÃO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, SOB A RESPONSABILIDADE
DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS E DA INICIATIVA PRIVADA
SITUAÇÃO VIGENTE EM 31.12.76

(Em hectares)

Região Esfera de Responsabilidade	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Brasil	
	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%	Número Absoluto	%
Governo Federal	—	—	15.574	26,3	—	—	1.539	0,1	11.116	1,9	28.229	3,3
Governo Estadual	—	—	521	0,0	—	—	7.138	0,3	4.170	0,8	11.829	1,5
Iniciativa Privada	1.547	100,0	42.975	72,7	—	—	206.989	96,0	546.918	97,3	798.159	95,2
TOTAL	1.547	100,0	59.070	100,0	—	—	215.666	100,0	562.204	100,0	838.487	100,0

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Ministério do Interior (levantamento realizado pela Secretaria Geral do Ministério do Interior e pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional — SUDAM, SUDENE, SUDECO e SUDESUL — com a colaboração das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola — CEPAs — e outros órgãos dos Governos dos Estados).

TABELA 2
NORDESTE. ÁREAS IRRIGADAS EM OPERAÇÃO PELO SETOR PÚBLICO E PELA INICIATIVA PRIVADA
SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 1977

SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 1977

(ha)

Estados	Setor Público			Setor Privado	Total
	Federal		Estadual		
	DNOCS	CODEVASF			
1. Maranhão	—	—	—	562	562
2. Piauí	854	—	—	1.201	2.055
3. Ceará	6.385	—	—	10.601	16.985
4. Rio Grande do Norte	585	—	—	143	728
5. Paraíba	2.442	—	—	4.877	7.319
6. Pernambuco	794	1.960	520	14.501	17.775
7. Alagoas	—	315	—	4.527	4.842
8. Sergipe	—	1.197	—	5.087	6.284
9. Bahia	1.031 (*)	1.456	—	10.663	13.150
10. Minas Gerais (Norte)		1.492	—	5.084	6.576
TOTAL	12.091	6.420	520	57.246	76.277

FONTE: MINTER/SUDENE/DAA/PI (Relatório Sintético sobre o Programa de Irrigação do Nordeste — 4o. trimestre de 1977 — e consulta direta às empresas privadas, com vistas a fornecer subsídios à GEOTÉCNICA, para a elaboração de um plano de Aproveitamento Integral dos Recursos Hídricos do Nordeste do Brasil).

(*) A redução de área em relação a junho/77 deveu-se à transferência para a CODEVASF dos Projetos Ceraíma, Estreito e Gorutuba.